

As vulnerabilidades das mulheres negras no contexto da pandemia de covid-19 no brasil: um ensaio crítico

Juliana Marina de Oliveira Souza¹
Fernando da Silva Cardoso²

Resumo

A partir de uma perspectiva interseccional sobre as opressões de gênero, raça e classe que, historicamente recaíram sobre as afrodescendentes, a presente pesquisa buscou compreender no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, as vulnerabilidades das mulheres negras e em que medida essas vulnerabilidades foram aprofundadas. Para tanto, primeiramente se fez necessário refletir sobre a construção do papel da mulher negra dentro da sociedade brasileira; após isso, foi possível identificar as vulnerabilidades das mulheres negras no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil; e por fim, verificou-se a atuação Estatal no que dizia respeito às estratégias de mitigação dos efeitos da pandemia que contemplavam as mulheres negras. Quanto à metodologia, o método científico utilizado foi o dialético e o tipo de abordagem qualitativo. No que se refere ao tipo de pesquisa, a bibliográfica e a exploratória contribuíram para o desenvolvimento do trabalho. Foram utilizados como referenciais teóricos autores/as como Almeida (2018), Carneiro (2003), Davis (2016), Gonzalez (1984), Mbambe (2018). A discussão sobre a referida temática evidenciou que as mulheres negras estiveram mais expostas aos efeitos da pandemia em virtude de um processo de vulnerabilização que iniciou no período colonial e se intensificou durante a crise sanitária mundial.

Palavras-chave: Brasil; Covid-19; Pandemia; Mulheres negras; Vulnerabilidades.

Abstract

Coming from an intersectional perspective about gender oppressions, race and economic class that historically befallen to Afro-descendants, this research sought to understand the vulnerabilities of black women and to what extent these vulnerabilities were deepened due to the context of Covid-19 pandemic in Brazil. Therefore, it was first necessary to reflect about the construction of the black women's role within Brazilian society; after that, it was possible to identify the vulnerabilities of black women in the context of the Covid-19 pandemic in Brazil;

¹ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: juliana.marina@upe.br

² Docente do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - UFPE

at long last, the State performance was verified, concerning strategies in aim to mitigate the effects of the pandemic that contemplated black women. As for the methodology, the scientific method used was the dialectic one, with the aid of a qualitative type approach. Regarding to the type of research, the bibliographic and exploratory has contributed to this work development. Authors such as Almeida (2018), Carneiro (2003), Davis (2016), Gonzalez (1984), Mbembe (2018) were used as theoretical references. The discussion on this topic showed that black women were more exposed to the effects of the pandemic due to a process of vulnerability that began in the colonial period and intensified during the global health crisis.

Keywords: Brazil; Covid-19; Pandemic; Black women. Vulnerabilities.

Introdução

Desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, os dados oficiais do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontavam que os efeitos da crise sanitária impactariam em maior grau a população afro-brasileira. A sociedade brasileira foi estruturada no racismo e este por sua vez produziu uma série de desigualdades políticas, sociais, econômicas e com a pandemia foram acentuadas.

Por meio de uma análise interseccional, é possível observar que a população negra, historicamente marcada pelos piores índices de condições de vida, tais como desemprego, informalidade, má remuneração, baixa escolaridade, violência, acesso precário à saúde, educação, moradia digna, energia elétrica e saneamento básico. Essas desigualdades preexistentes impossibilitaram que esse grupo cumprisse as orientações sanitárias básicas e o isolamento social para se proteger contra a doença.

O racismo estrutural, aliado ao patriarcalismo, gerou um processo de vulnerabilidade em cadeia que impacta diretamente as mulheres negras e, com a pandemia, tal dinâmica foi intensificada. As mulheres negras, que estavam mais expostas ao vírus e à violência doméstica e sexual, também ocupavam as taxas de desemprego em maior número, bem como tomavam os postos de trabalho de menor valorização e remuneração. As mulheres pretas e pardas, em sua maioria, estiveram na linha de frente do cuidado em diversos setores sociais, sejam nos espaços públicos, desempenhando atividades na área de saúde,

como enfermeiras, assistentes sociais, auxiliares de serviços gerais, além das atividades de cuidado relacionadas aos afazeres domésticos e da gestão familiar, nos espaços privados.

Diante do exposto, considerando que as mulheres negras estavam na base da pirâmide social e que sobre elas recaíam as opressões de gênero, raça e classe, elegemos a seguinte pergunta de pesquisa na organização do estudo: em que medida a pandemia de Covid-19 no Brasil aprofundou as vulnerabilidades de raça, gênero e classe no cotidiano de mulheres negras? O objetivo geral desta pesquisa consistiu em: compreender em que medida a pandemia de Covid-19 no Brasil aprofundou as vulnerabilidades de raça, gênero e classe no cotidiano de mulheres negras. Já os objetivos específicos foram: refletir sobre a construção do papel da mulher negra dentro da sociedade brasileira; identificar as vulnerabilidades das mulheres negras no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil; e, por fim, verificar a atuação Estatal no que diz respeito às estratégias de mitigação dos efeitos da pandemia que contemplaram as mulheres negras.

A metodologia do presente trabalho contou como base o método científico dialético a fim de se obter uma interpretação dinâmica e totalizante acerca das vulnerabilidades das mulheres negras no contexto da pandemia do novo coronavírus no Brasil e, para tanto, foram consideradas as influências políticas, econômicas e culturais que versaram sobre o fato social estudado (GIL, 2008), como as opressões de gênero, raça e classe. Já o tipo de abordagem utilizado foi o qualitativo, pois tornou possível o aprofundamento sobre o fenômeno, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o objeto de pesquisa complexo e garantiu uma precisão dos resultados (CRESWELL, 2010). Nesse sentido, os dados estatísticos não constituíram o foco do processo de análise do problema.

No que se refere ao tipo de pesquisa, a bibliográfica permitiu a revisão de literatura de trabalhos já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003), a partir da leitura e análise da produção científica contemporânea com relação aos temas mulheres negras, gênero, raça, classe e pandemia. A pesquisa exploratória também auxiliou no desdobramento do estudo já que o levantamento de informações oficiais secundárias sobre o assunto permitiu a definição e

delimitação do objeto (PRODANOV; FREITAS, 2013). Os estudos raciais e feministas foram utilizados como lentes teóricas para o desenvolvimento do estudo proposto. Destacamos as contribuições de: Almeida (2018), Carneiro (2003), Davis (2016), Gonzalez (1984) e Mbambe (2018).

A construção do papel da mulher negra no brasil

A raça foi o primeiro instrumento de dominação social universal utilizado pela Europa Ocidental na constituição da América Latina e do capitalismo colonial (QUIJANO, 2005). Dentro dessa perspectiva, os negros tornaram-se uma das raças colonizadas e exploradas parte fundamental da economia dentro da sociedade colonial. Através do seu padrão de poder, a Europa Ocidental controlou a subjetividade, cultura e a produção de conhecimento dos outros povos do mundo.

O etnocentrismo colonial e a classificação racial universal fortaleceram a ideia de que a modernidade e a racionalidade foram produtos exclusivamente da branquitude social europeia (QUIJANO, 2002). Dessa maneira, a colonialidade do poder resultou na exclusão ou até mesmo o apagamento sistemático da população negra no processo de formação da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à seara sociopolítica.

No período de colonização do Brasil, o racismo era tido como uma justificativa para a supremacia da sociedade eurocêntrica, branca, cristã e patriarcal sobre os demais povos. A partir desse momento histórico, houve uma sofisticação da violência a ponto de esta não parecer uma hostilidade ou desrespeito, mas sim uma verdadeira superioridade, legitimando a inferioridade de negros e indígenas. Nesse sentido, o colonizador utilizava desse discurso para dominar e introjetar essa ideia no indivíduo colonizado, criando a chamada inferioridade do colonizado (FANON, 2008). O processo de desumanização e subordinação do colonizado garantiram o poder à raça dominante, ao passo que naturalizaram as violências e normatizaram as relações sociais, o funcionamento das instituições e os saberes. Assim, a superioridade eurocêntrica era vista como natural e benéfica para os colonizados e não uma violência.

Os efeitos dessa alienação contribuíram para a criação de subjetividades negras subalternas e fortaleceram o mito da democracia racial brasileira que pregava a inexistência de racismo, pois o Brasil era fruto da miscigenação, rejeitando as raízes afro-ameríndias. A miscigenação, na verdade, tratava-se de uma estratégia da política de branqueamento, cuja violência praticada pela minoria branca dominante era voltada para o estupro de mulheres negras (GONZALEZ, 1988).

As mulheres negras escravizadas trabalhavam tanto quanto os homens negros nas plantações e colheitas, por exemplo, além de executarem serviços domésticos, de cuidarem dos filhos das sinhazinhas brancas e de serem alvos de abusos sexuais por parte de homens brancos, como forma de reafirmar a dominação. Destarte, essas mulheres exerciam o ofício de trabalhadora do eito, mucama, mãe preta e objeto sexual (GONZALEZ, 1984).

Apesar da narrativa ideológica branca que foi apresentada durante séculos como a história oficial ter omitido, as mulheres negras foram importantes no processo de resistência contra as violências e opressões derivadas do poder colonial, seja na formação de quilombos ou por meio do resgate da memória cultural e ancestralidade:

Elas eram indispensáveis: na provisão de alimentos; no trabalho agrícola, na confecção de roupas e utensílios. Além de combaterem lado a lado com os homens e participarem dos ataques a plantações vizinhas, elas exerciam funções logísticas levando pólvoras e armamentos, removendo e cuidando dos feridos. Alguns chegaram a ser chefes de Quilombos, havendo notícias de Quilombos só de mulheres!!! Como o chefiado por Felipa Maria Aranha, na Região Amazônica (CARNEIRO, 2006, p. 30).

Tendo em vista a invisibilidade das mulheres negras na historiografia brasileira, os temas sobre a interseccionalidade entre as opressões de gênero, raça e classe que historicamente recaíram sobre essas mulheres, bem como a participação delas no processo de emancipação e libertação do povo negro começaram a ser discutidos e denunciados a partir do Movimento de Mulheres Negras e posteriormente pelo Feminismo Negro.

O surgimento do Movimento de Mulheres Negras no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 se deu em razão da ausência de abordagens teóricas que

englobassem as desigualdades sociais que atingiam principalmente mulheres negras. Embora as mulheres negras há séculos viessem se organizando, a eclosão do movimento marcou a formação inicial dos espaços próprios de atuação política das mulheres negras no cenário nacional (MACHADO, 2020), ensejando novas configurações sociais e a necessidade de uma pedagogia de resistência para romper com o silenciamento e o epistemicídio.

O referido Movimento de Mulheres Negras passou a criticar o movimento feminista tradicional branco e hegemônico por sua visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, pois não contemplavam e nem debatiam as especificidades das opressões vivenciadas por mulheres não-brancas:

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Tais críticas também foram estendidas ao movimento negro por reproduzir em sua estrutura organizacional o patriarcado e não discutir questões de gênero.

A exploração de classe e a discriminação de gênero aliados ao quesito raça dentro da sociedade capitalista e patriarcal colocaram a mulher negra numa condição de desigualdade mais acentuada, diferente da mulher branca (DAVIS, 2016). Mesmo na sociedade atual ainda permaneceu no imaginário social a imagem da mulher negra como a empregada doméstica, a mulata hipersexualizada, a amante, retirando sua subjetividade e humanidade.

Enquanto as mulheres brancas lutavam para ter os mesmos direitos que os homens da mesma classe social que elas possuíam, como o direito à educação, ao voto e ao trabalho, as mulheres negras sempre foram exploradas no campo e no serviço doméstico, sendo por vezes subjugadas numa posição servil às mulheres e homens brancos, além de serem marginalizadas por homens negros. Embora ambas fossem mulheres, a maneira como o corpo feminino era lido dentro dessa lógica de hierarquização racial era diferenciado. O corpo da mulher negra era visto como objeto de prazer, um corpo de iniciação

sexual de homens brancos. Já o corpo da mulher branca era intocável, frágil e casto.

O enegrecimento do movimento feminista (CARNEIRO, 2003) foi essencial para viabilizar a reflexão sobre a mulher negra enquanto sujeito social e político, digna de direitos. O feminismo negro como epistemologia possibilitou a expansão do protagonismo das mulheres negras, colocaram as afrodescendentes como força de transformação ideológica. Demonstrou que para analisar o patriarcado, o sexismo e a desigualdade de gênero era indispensável a dimensão racial, seja na produção de pesquisa ou na formulação de políticas públicas.

O feminismo negro buscou o reconhecimento de agendas políticas junto ao Estado e à sociedade civil, no plano nacional e internacional, para o combate do racismo e da discriminação social ligada à dimensão de gênero. Demandou publicamente o respeito aos costumes, às tradições e estéticas provindas das raízes africanas, como forma de empoderamento da comunidade negra, rejeitando os padrões da branquitude e da herança colonial ainda vigentes.

A luta do movimento feminista negro se direcionou ao desenvolvimento da plena cidadania de mulheres negras e para isso colocaram como pauta reflexões sobre os problemas que eram pertinentes às desigualdades de gênero e raça, como exemplo, a dificuldade de acesso aos direitos relativos à terra, moradia, cultura, educação, trabalho e políticas públicas voltadas para a saúde (FIGUEIREDO, 2018).

Foram destacadas também na luta feminista e antirracista a inclusão das discussões sobre a violência doméstica e sexual, feminicídio, genocídio da população negra, violência policial, criminalização do racismo e intolerância religiosa (FONSECA; CARDOSO, 2018). Entendia-se que levando em consideração que as mulheres negras sempre estiveram na base da pirâmide social, a transformação social começaria a partir do lugar em que elas ocupavam, por meio da resistência e ressignificação dessas mulheres.

É imprescindível resgatar a construção do papel da mulher negra na sociedade brasileira para compreender historicamente suas vulnerabilidades provocadas pela hierarquização de raça e de gênero enquanto mecanismos de

dominação do dispositivo colonial que permaneceram até hoje. Apesar de todos os esforços do movimento de mulheres negras e do feminismo negro na luta por justiça social, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados no tempo presente, principalmente no contexto de crise política e econômica em meio a uma pandemia de Covid-19, cujos fatos foram analisados no próximo tópico.

As vulnerabilidades das mulheres negras na pandemia de covid-19 no Brasil

A inclusão de gênero e raça nas políticas públicas foram frutos de lutas e trabalhos intensos do movimento negro e do movimento feminista no Brasil, principalmente com a inserção de mulheres negras na política, que alteavam demandas antes tidas como da esfera da vida privada, por exemplo, a violência doméstica (RIBEIRO, 2008). Seara essa que muito foi afetada pela realidade de quase privação causada pela necessidade de isolamento social no contexto pandêmico.

Apesar disso, os interesses dos movimentos sociais ainda não possuíam força suficiente para ter suas pautas como prioritárias na construção das agendas governamentais, sobretudo, as que tangem a categoria de políticas públicas. Sendo assim, o cenário de descaso com as problemáticas historicamente acalentadas pelo Estado eram fomentadas e retroalimentadas, deixando à margem a efetivação de direitos constitucionalmente garantidos às pessoas identificadas como minorias e vulneráveis do Brasil (CARNEIRO LEÃO; ALLAIN TEIXEIRA; CARDOSO, 2018).

Nesse ponto, era preciso destacar uma crítica acerca desse caráter de descaso vindo das entidades estatais. O Estado, junto a todos seus aparatos, age em conformidade para o agravamento dessas mazelas sociais citadas. De acordo com o Mascaró: “O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação” (2013, p. 21).

Os obstáculos enfrentados pelas afro-brasileiras eram numerosos e perpassavam questões de ordens de saúde, moradia, educação, trabalhos exaustivos e desrespeito à capacidade profissional, ocupando o espaço da

marginalização (LISBÔA, 2021). A mulher negra estava na base da sociedade, ficando abaixo do homem branco, da mulher branca e do homem negro, sofrendo violações e abusos que partiam desses outros grupos.

Em dezembro de 2019, foi detectada na cidade de Wuhan, na China, uma epidemia intitulada de Covid-19. Após detectada a doença, o vírus propagou-se por todo o território chinês e através dos múltiplos contágios alcançou vários países e continentes. Depois de confirmados 11 mil casos da síndrome respiratória em diversos países, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou o início de uma pandemia.

Os espaços ocupados e as narrativas construídas por meio das vivências de mulheres negras brasileiras desde o início da pandemia foram marcados pela violência de gênero, classe e raça. Partindo de uma correlação entre o descaso governamental e os dados estatísticos, tais indicadores demonstraram que foram elas as principais atingidas nesse período, evidenciando uma ferida profunda e sem cuidado no corpo social que formou a história desse país.

O trabalho doméstico no Brasil era desempenhado majoritariamente por mulheres, cerca de 5,7 milhões de mulheres exerciam a categoria ocupacional. Desse total, conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), 3,9 milhões eram mulheres negras, de baixa renda, oriundas de regiões periféricas e demais centros marginalizados. A primeira vítima do novo coronavírus no Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica, mulher negra, 63 anos de idade, infectada na casa da patroa que acabava de chegar da Europa.

É notório que períodos de pandemia, endemia e epidemias são atravessados por problemáticas de gênero, raça e classe (PIMENTA, 2020). Tal narrativa se confirmou no caso do Brasil, pois foram as mulheres negras que carregaram o ônus da falta de imunidades biológicas e sociais em face do vírus, já que antes mesmo da crise do novo coronavírus, essas mulheres eram sujeitadas a um processo de opressões e violências constantes, tornando-as mais vulneráveis.

A Organização das Nações Unidas (ONU MULHERES, 2020), em recente publicação de relatório, esclareceu fatos sobre os dados que perpassavam as dimensões de gênero na América Latina, demonstrando que o trabalho das

mulheres negras, foi e tem sido essencial no combate a Covid-19, estando elas na “linha de frente”, assumindo todas as sobrecargas emocionais e físicas que essa posição carregava.

O mesmo documento apontava que sempre que se fez necessário uma contingência financeira, o estado inicia cortando os gastos e investimentos que impactavam precisamente a vida de mulheres pobres, em decorrência, negras. Exacerbando o sucateamento de políticas de saúde sexual e de reprodução, não sendo diferente no cenário atual.

As mulheres na pandemia tiveram de lidar com um ritmo ainda mais intenso da imposição do trabalho do cuidado, já experienciado antes, só que em níveis menores. Relacionando-se ao que Federici (2019, p. 40) abordava ao escrever: “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”. Nesse sentido, todo o trabalho que envolve afazeres domésticos, afetivos, sexuais, de ensino e de saúde era delegado à mulher e na maioria das vezes não havia reconhecimento financeiro enquanto trabalho. Concebe-se socialmente e historicamente que esses sempre foram trabalhos ligados ao gênero feminino quando postos na esfera privada.

Dados coletados pelo Data-Labe (DAMASCENO, 2021), por meio do cruzamento de informações de duas pesquisas diferentes, a Pnad Contínua de 2017 a 2021 e a Pandemia na Favela, demonstraram as probabilidades de desocupações (pessoa impossibilitada de gerar renda) do primeiro trimestre de 2021 foi de 9,2% relativo a mulheres negras, e apenas 5,6% relativo a homens brancos. No período de maior probabilidade de desemprego, mulheres carregavam o dobro do risco, uma discrepância que também foi vista em período igual, onde mulheres negras tinham 35% mais chances de “desocupar-se”, que os homens brancos.

As trabalhadoras domésticas foram um dos grupos específicos que mais sentiram o impacto da pandemia, uma vez que a elas foram impostas jornadas múltiplas e mais longas de trabalho, dificultando o cumprimento adequado das medidas sanitárias restritivas de locomoção, como o isolamento social (TOKARSKI; PINHEIRO, 2021). Concomitantemente, vivenciaram a

possibilidade de perderem sua fonte de renda, de se infectarem no transporte coletivo ou de serem acusadas de transmitir o vírus aos patrões.

As mulheres negras estiveram mais expostas aos efeitos da pandemia em decorrência das desigualdades provocadas pelo racismo estrutural, sexismo e a cultura patriarcal, cujas desigualdades foram intensificadas nesse cenário pandêmico. Por exemplo, um dos fatores de riscos diz respeito à violência contra a mulher que teve um crescimento significativo durante o isolamento social, afetando substancialmente mulheres negras, seja nos casos de feminicídio quanto nos casos de estupro:

Considerando apenas os dados disponibilizados de forma completa, os números apontam que cerca de 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil são negras. O percentual diminuiu para quase 50%, no entanto, do total de vítimas de agressões cometidas por companheiros em casa e estupros (VELASCO *et al.*, 2020, *Online*).

Em contexto emergencial, focos locais de tensão costumam aumentar o número de incidências, como foi possível observar em relação ao crescimento da violência doméstica e familiar no Brasil durante a pandemia. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021), revelou que 61,8% das vítimas de feminicídio entre o período de 2016 a 2020 eram negras, a porcentagem para mulheres brancas em período igual foi de 36,5%, e 0,9% mulheres amarelas e 0,9% indígenas.

A situação de vulnerabilidade econômica que se encontravam os agressores dessas mulheres estimulou um ambiente de tensão e a forma de comprovação de masculinidade, por não conseguir cumprir seu “papel” de provedor dentro do lar (LISBÔA, 2021), era de fazer uso dos diversos tipos de violência, reproduzindo o que aprendeu em seu processo deturpado de socialização relativo a gênero. A super convivência com seus agressores, imposta pelo isolamento social, contribuiu para episódios de violência e impediu que as vítimas denunciasses seus agressores.

Sobre os impactos da pandemia na saúde mental e emocional das profissionais negras das áreas de saúde, as pesquisas apontaram que foram elas as mais afetadas neste setor. Essas trabalhadoras, em maior proporção

enfermeiras, técnicas de enfermagem, agentes comunitárias de saúde e agentes de endemias, relataram péssimas condições de trabalhos (assédio moral, treinamento, testagens e equipamentos de proteção insuficientes) causaram sentimentos de medo, desconfiança, despreparo e tristeza (FERREIRA; SILVA, 2020). Tal situação evidenciou as desigualdades estruturais anteriores à pandemia que propiciaram o aumento de riscos à integridade física e mental desse grupo.

A respeito da educação em tempos pandêmicos, estudantes, mães e professores se viram limitados ante o ensino à distância. As meninas negras não possuíam locais adequados nas residências para estudarem, nem acesso à internet ou à tecnologia que permitissem acessar o ensino remoto, e com isso, acabou enfraquecendo os vínculos com a escola e comprometendo sua formação acadêmica (CARNEIRO, 2021).

Por fim, tais constatações não são fatos isolados e também não são coincidências, pois a sociedade brasileira era marcada por uma série de desigualdades socioeconômicas estruturadas no racismo. Antes mesmo da pandemia, a população negra já era afetada pelo acesso precário à moradia digna, segurança alimentar, saúde, educação e trabalho. Desse modo, conforme os dados apresentados pela Pnad Contínua (IPEA, 2019) e o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU MULHERES, 2020), o vírus não atingiu democraticamente todas as pessoas, mas sim aqueles grupos socialmente vulneráveis foram os mais afetados visto que não possuíam condições mínimas para seguirem as orientações sanitárias básicas e o isolamento social.

Ademais, a falta de renda mínima bem como a insegurança alimentar fez com que as afro-brasileiras fossem obrigadas a trabalharem fora de suas casas, uma vez que mulheres pretas e pardas em sua maioria são chefes de família e ganhavam menos que os homens. Destacou-se ainda as múltiplas jornadas de trabalhos impostas a essas mulheres, pois além dos seus empregos remunerados também se dedicavam aos cuidados com os próprios filhos e demais familiares. A inação do Governo Federal, como foi visto no próximo tópico, contribuiu para reforçar a letalidade e propagação do vírus.

O papel do estado e as estratégias de mitigação dos efeitos da pandemia: onde estão as mulheres negras?

O racismo estrutural pode ser compreendido como a formalização e legitimação de um conjunto de práticas históricas, institucionais, culturais e interpessoais que reproduzem parâmetros de discriminação racial (ALMEIDA, 2018). Assim, o racismo constituiu as relações sociais e suas instituições como fundamento e padrão de normalidade. Essa normalização influenciou as ações conscientes e inconscientes dos indivíduos na vida cotidiana, sendo uma forma de racionalidade e compreensão do modo de socialização.

Como visto no tópico anterior, a população negra, em específico as mulheres negras, foram inseridas nos piores indicadores estatísticos quando o assunto era a efetivação dos direitos humanos e garantias fundamentais para esse grupo socialmente vulnerável (LISBÔA, 2021), evidenciando a naturalização, a normalização de violências legitimadas pelo Estado contra pessoas negras. Enquanto isso, a branquitude ocupava espaços de poder, de decisão política, gozando dos privilégios estruturalmente estabelecidos.

A dinâmica do racismo institucional dificultou o acesso a oportunidades, bens e serviços, determinando preferências por grupos de pessoas com base na hierarquização racial e de gênero. No caso do serviço de saúde, a raça estabeleceu formas diferenciadas de atendimento, atenção e cuidados direcionados às pessoas (FERREIRA; GOES; RAMOS, 2020; SILVA; CARDOSO; 2017). Por conseguinte, as instituições repetiram as conjunturas necessárias para o estabelecimento e preservação da ordem social estruturada no racismo.

O Ministério da Saúde, em 2017, tornou obrigatória, por meio da portaria n. 344, a inserção do item raça/cor nos formulários do sistema de informação em saúde e a divulgação de relatórios sistematizados que englobassem informações desagregadas por cor, etnia e gênero, cuja competência de gestão era do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2017a). O objetivo da referida portaria era de criar indicadores que refletissem a realidade dos usuários do SUS para viabilizar a criação de políticas de saúde que facilitassem o acolhimento da população negra, visando alcançar a equidade no acesso às políticas de saúde.

Em contrapartida, a variável cor/raça não apareceu nos primeiros boletins epidemiológicos no tocante ao impacto da Covid-19 no Brasil. Após pressão política dos movimentos sociais negros e de organizações, como a Coalizão Negra por Direitos e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO (ARAÚJO; CALDWELL, 2020) os dados com recortes de cor/raça foram incorporados nos boletins, nas notas técnicas sobre a Covid-19 e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Os movimentos sociais mais uma vez desempenharam um papel importante frente aos desdobramentos dos efeitos da pandemia, seja cobrando ações do governo e seus ministérios ou trazendo à tona a exploração e a precarização do trabalho de babás, empregadas domésticas, que em sua maioria eram negras, pobres, moradoras de bairros periféricos, obrigadas a continuarem trabalhando expostas ao perigo de infecção pelo vírus no transporte público ou no contato com os patrões. Igualmente, o movimento feminista negro se articulou para ajudar mulheres negras, distribuindo máscaras, produtos de higiene e cestas básicas (RODRIGUES, 2020).

Vale ressaltar que as trocas recorrentes de ministros da saúde, o quarto ministro assumiu o cargo até o momento, apontaram a inexistência de um projeto de política pública direcionada à saúde (MIRANDA, 2021). Outro ponto problemático refere-se à ausência de transparência do Ministério da Saúde nos dados e informações relativas à Covid-19, no qual os casos sobre a quantidade de infectados e óbitos passaram a ser subnotificados. À vista disso, no mês de junho de 2020 foi divulgada a criação do Consórcio de veículos da imprensa, formado pelo G1, O Globo, UOL, Folha de S. Paulo, Extra, O Estado de S. Paulo, com a finalidade de buscar informações acerca da pandemia diretamente nas secretarias de saúde estaduais das 27 unidades federativas.

Apesar do sucateamento, do subfinanciamento, o SUS continuou sendo a melhor opção quanto à organização e logística da saúde no país, especialmente para coordenar o andamento nacional de vacinação. Aliás, salientou-se que 67% da população negra dependiam exclusivamente do SUS (BRASIL, 2017b). Sendo assim, o desmonte desse sistema gratuito e universal

de saúde impactaria diretamente na capacidade de atendimento das necessidades dos afrodescendentes, principalmente no cenário pandêmico.

Atualmente, o Brasil vivencia uma série de crises ética, política, econômica e sanitária, com o avanço da tendência de políticas neoliberais, a defesa do estado mínimo, sob o comando de um governo retrógrado, com aspirações fascistas. Desde o início da pandemia de Covid-19, o Governo Federal brasileiro adotou uma postura contrária às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), no que tangia a prevenção e enfrentamento da doença, colocando a economia do país como prioridade (FLAUZINA; PIRES, 2020).

Conforme essa lógica negacionista, o presidente Jair Bolsonaro por vezes descredibilizou a eficácia dos imunizantes, recusou a aquisição de vacinas, propagou falas contrárias ao uso da máscara, às medidas de distanciamento e isolamento social, além de ter defendido tratamentos precoces comprovados cientificamente como ineficazes contra a doença:

Ora, no caso da pandemia do novo Coronavírus, o negacionismo se tornou moeda corrente no Brasil sob o governo Bolsonaro. As consequências disso foram ainda mais graves, dado que não apenas a própria doença e seus efeitos no organismo humano eram (e ainda são) relativamente desconhecidos da comunidade médica mundial, mas também pelo fato de que as recomendações médico-científicas exigiam forte e imediata modificação de comportamentos, na esteira da proposição de políticas públicas informativas e preventivas por parte das autoridades nacionais (DUARTE; CÉSAR, 2021, p. 12).

A “gripezinha”, como o chefe do executivo federal chamou a crise sanitária mundial, provocou a morte de um pouco mais de meio milhão de pessoas no Brasil, conforme os dados do Ministério da Saúde disponibilizados no mês de agosto de 2021 (BRASIL, 2021).

Em meio a uma das maiores tragédias sanitárias e humanitárias do Brasil, partidos políticos, centrais sindicais, movimentos sociais e da entidade civil demandaram o impeachment de Bolsonaro. Perceptível a omissão voluntária e consciente do Presidente no enfrentamento da pandemia, seu comportamento criminoso ao estimular o descumprimento de orientações sanitárias preventivas, em violar as medidas de isolamento decretadas pelos estados e municípios,

impulsionando uma política genocida. Soma-se a isso, seu posicionamento antidemocrático e os escândalos relacionados às compras superfaturadas de vacinas que foram alvos de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.

A Lei nº. 13.982, de 2 de abril de 2020, estabeleceu o auxílio emergencial no valor de 600 reais em virtude da mobilização do Congresso Nacional, pois o Ministério da Economia na época propôs o valor de 200 reais apenas. Assim, considerando a extrema vulnerabilidade e a informalidade, ambas marcantes no país, o objetivo do referido auxílio consistiu em amortecer os efeitos da crise da Covid-19 na queda de renda e atenuar a pobreza durante um determinado período de tempo (OLIVEIRA, 2021).

A implementação do auxílio, a seleção de beneficiários e os pagamentos foram marcados por diversos problemas: longos períodos de análises dos cadastros, filas enormes, aglomerações em agências bancárias e até erros no processamento dos pagamentos. Todavia, o auxílio foi um importante mecanismo de garantia mínima de renda para os grupos sociais mais vulnerabilizados, especialmente as mulheres negras no ano de 2020. Porém, a redução do auxílio em 2021 aumentou a quantidade de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil (NASSIF-PIRES, CARDOSO; OLIVEIRA, 2021), diante dos elevados preços da cesta básica e o crescente desemprego, aprofundando desigualdades de raça, gênero e classe.

As pessoas brancas, ricas e escolarizadas possuíam melhores condições para se protegerem do que aquelas que estavam em situação de vulnerabilidade social, econômica e política. Por consequência, o descaso do governo federal foi fundamental para potencializar os efeitos da pandemia, atingindo principalmente a população negra, os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

Os afrodescendentes apresentavam em maior medida comorbidades, como diabetes mellitus, anemia falciforme, doenças cardiovasculares, hipertensão arterial que os colocaram no quadro de fragilidade acentuada perante o vírus. O abandono do Governo Federal e a falta de diálogo com governadores e prefeitos fizeram parte de uma estratégia institucional de propagação da doença. É nesse enredo de caos em que o número de mortes foi

aumentando e os negros novamente ocuparam as estatísticas como a maioria das vítimas.

Bolsonaro conseguiu ser eleito baseando seus discursos notadamente em preconceitos, racismo, misoginia e homofobia, demonstrando também sua preocupação em armar a população. Portanto, a estratégia de governo dele não seria para fortalecer minorias sociais, mas sim de potencializar o projeto necropolítico estatal. Nesse sentido, a necropolítica (MBEMBE, 2018) diz respeito ao modo como o Estado organiza e exerce uma política que determina o direito à vida e à morte dos indivíduos sob seu domínio.

A escravidão no Brasil perdurou por mais de 300 anos e muitos dos seus efeitos permaneceram até hoje, como as naturalizações de violências contra pessoas negras, um exemplo disso é a morte sistemática da juventude negra em periferias (SILVA; CARDOSO, 2019). O dispositivo colonial permitiu a manutenção da ideologia de dominação e exploração a serviço do capitalismo global, definindo quem era humano e quem era mercadoria.

A crise de Covid-19 escancarou as desigualdades raciais e sociais no território brasileiro, no qual vigora a política de morte que decide quem vive e quem morre. O racismo estrutural foi elemento essencial para o genocídio de negros e negras que secularmente estão inseridos numa condição de subcidadania.

Conclusão

A crise de Covid-19 se revelou um grande momento de contemporaneidade, onde todas as injustiças sociais se tornaram ainda mais visíveis e intensificadas. Em meio a uma crise mundial de um sistema capitalista, eurocentrado, misógino e racista, mulheres negras brasileiras forçadamente absorveram o maior impacto deste período, como foi possível analisar diante das informações apresentadas no decorrer da pesquisa. Atravessando instabilidades políticas e financeiras, o país se manteve a custos físicos e emocionais femininos.

Remontando uma lógica advinda da herança colonial brasileira que perdurou com o passar dos séculos, com disparidades ímpares entre a remuneração, condições de trabalho e tipos de trabalho desempenhados por mulheres brancas em relação a mulheres negras, além da marginalização do corpo feminino negro e a subalternização de subjetividades negras. Estereótipos de cunho racista reforçaram a ideia de que esse papel e lugar ocupado por mulheres negras era, e é, algo natural.

Por tal realidade, percebeu-se que a estrutura de opressão aqui já descrita e denunciada foi construída historicamente a partir de instrumentos sociais de dominação e exploração pautados na raça. As lentes teóricas do feminismo negro e do Movimento de Mulheres Negras demonstraram que a cidadania das mulheres negras foi a última instância a ser realmente discutida no quesito de asseguramentos de direitos.

Assim, quando se analisou o contexto da crise sanitária de Covid-19 no Brasil notou-se que as discriminações de gênero, raça e classe tornaram os efeitos da pandemia ainda mais graves. As mazelas sociais que já eram vistas no país e que, pela situação de calamidade mundial, se tornaram mais violentas e diretas nas vidas das mulheres negras. As desigualdades sociais, políticas e econômicas, amparadas e estimuladas pelo Estado e suas instituições, foram cruciais para maximizar a letalidade do vírus.

Diante do exposto, ficou registrada a inexistência de políticas que englobassem a proteção do povo negro, em particular as mulheres negras, visto que foram elas as mais vulneráveis e suscetíveis de contaminação pelo vírus, além de terem sofrido com os efeitos da pandemia nos diversos âmbitos da vida humana.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kia. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra. **ABRASCO-Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp->

[content/uploads/2021/10/Ebook_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf](#). Acesso em: 2 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 344, de 1º de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. 2017a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. **Violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contrameninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CARNEIRO LEÃO, Daniel; ALLAIN TEIXEIRA, João Paulo; CARDOSO, Fernando da Silva. Direitos humanos e soberania: estudos críticos sobre o papel do direito no cenário político atual. **Revista Direitos Culturais**, v. 12, n. 28, p. 135-158, fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v12i28.2219>.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006.

CARNEIRO, Sueli. (org.). **A educação de meninas negras em tempos de pandemia**: o aprofundamento das desigualdades. 1. ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 117-133.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMASCENO, Ediliana. Taxa de desemprego de mulheres negras é o dobro da de homens brancos. **Colaboração para UOL**. Rio de Janeiro, 17 de ago. de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e->

carreiras/noticias/redacao/2021/08/17/desemprego-mulheres-negras-homens-brancos.htm. Acesso em: 16 mar. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade [online]**, 2020, v. 45, n. 4, e109146. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Trad. Heci Regina Candiani. Boitempo, 2019.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. **2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+**. Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>. Acesso em: 26 maio 2022.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis [online]**, 2018, v. 09, n. 02, p. 1080-1099. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6931>.

FONSECA, Ingrid Iramaia Alves; CARDOSO, Fernando da Silva. Ciberativismo, empoderamento feminino e novas dinâmicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. **REDES - Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 6, p. 133-156, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/redes.v6i1.4256>.

FONTANIVE, Stéfani. Covid-19: “Troca de ministros é sintoma de doença mais grave”, afirma especialista em saúde coletiva. **Humanista**, Porto Alegre, 25 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/03/25/covid-19-troca-de-ministros-e-sintoma-de-doenca-mais-grave-afirma-especialista-em-saude-coletiva/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnica de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, E. F.; RAMOS, D. de O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **SciELO Preprints**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, 1988, p. 133-141.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LISBÔA, Flávia Marinho. Pandemia e a colonialidade em (dis)curso no corpo da mulher negra. **Revista Heterotópica**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2021, p. 230–259. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP-v3n1-2021-59354>.

MACHADO, Bárbara Araújo. Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980. **Acervo**, v. 33, n. 2, abr., p. 117-139, 2020.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **A necropolítica**. São Paulo: N1- edições, 2018.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil**: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema. Nota de Política Econômica – Made, n. 10, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wpcontent/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Auxílio emergencial na pandemia da Covid-19: atuação do legislativo para a redução de vulnerabilidades. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, Brasil, v. 14, n. Esp, p. 182–193, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v14iEsp.614>.

ONU Mulheres. **Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de covid-19**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/COVID19_2020_in_forme2.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos

dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessitura: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Rio Grande do Sul, v. 8, n.1, 2020, p. 8-19.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, ano 17, n. 37, 2002. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas [online]**, 2008, v. 16, n. 3, p. 987-1004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300017>.

RODRIGUES, Letícia Fernanda Souza. Movimento de mulheres negras no Brasil: desafios da resignificação de uma identidade feminina negra em períodos de pandemia. **Revista Contraponto**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 1, 2020.

SILVA, Edson Douglas Barreto da; CARDOSO, Fernando da Silva. “Favela ainda é senzala Jão” - VIOLÊNCIA E MORTE DE PESSOAS NEGRAS NO BRASIL: UMA LEITURA SOCIOJURÍDICA CRÍTICA. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 18, n. 34, p. 1-31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v18i34.17133>.

SILVA, Maria Raquel Martins da; CARDOSO, Fernando da Silva. Afirmação de direitos humanos a partir de serviços da proteção social especial de média complexidade. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 2, 13 maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v4n2.2017.138>.

TOKARSKI, Carolina; PINHEIRO, Luana. **Trabalho doméstico remunerado e covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades**. Boletim de Análise Político-Institucional, 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10521/1/BAPI_26_TrabDomestico.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

VELASCO, Clara; *et al.* Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1-Monitor Da Violência**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2022.